I SEMINÁRIO INTERNACIONAL
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA
17 a 20 setembro 2025
Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas
Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

# UMA AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA ESCOLA

**Ismaia Santos Barros**
Universidade do Estado da Bahia, Campus *XII*, Guanambi, BA, Brasil
maia.santos@outlool.com.br

**Juscilene Brito Cardoso**
Universidade do Estado da Bahia, Campus *XII*, Guanambi, BA, Brasil
britojuscilene22@gmail.com

**José Aparecido Alves Pereira**
Universidade do Estado da Bahia, Campus *XII*, Guanambi, BA, Brasil
jaapereira@uneb.br

## EIXO 2: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

**Resumo**

Este trabalho apresenta uma avaliação das possibilidades e desafios da educação para o trânsito nas escolas públicas do município de Guanambi-BA, considerando as exigências legais Art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que a educação deve ser promovida desde a educação básica até o ensino superior, o estudo se propôs a investigar como o tema vem sendo abordado no cotidiano escolar e de que maneira se efetiva nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP)? A motivação surgiu a partir de experiências práticas no âmbito da formação acadêmica e da observação do aumento de sinistros de trânsito na região. A pesquisa tem como objetivo geral compreender as aproximações e distanciamentos entre as práticas educacionais desenvolvidas nas escolas e as orientações legais que preveem a inserção da educação para o trânsito no currículo escolar. A metodologia adotada foi qualitativa, com abordagem exploratória. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a coordenadoras pedagógicas de quatro escolas municipais. A análise dos dados revelou que, embora haja o reconhecimento da importância da educação para o trânsito, esta não se concretiza de forma sistemática nas práticas escolares nem nos documentos oficiais. Havendo uma carência de formação continuada, ausência de materiais didáticos específicos e falta de parcerias institucionais com órgãos de trânsito. O estudo aponta que a efetivação da educação para o trânsito nas

escolas depende de políticas públicas integradas, formação docente e valorização do tema nos projetos pedagógicos.

**Palavras-chave**: Educação para o trânsito; Currículo; Escola; Avaliação.

## 1. Introdução

O trânsito no Brasil representa um problema social de grandes proporções, afetando milhares de pessoas com altos índices de sinistros, mortes e sequelas. A cidade de Guanambi, localizada no sudoeste da Bahia, tem vivenciado o crescimento desse problema. Segundo dados da Superintendência Municipal de Trânsito (Guanambi, 2025), o município possui uma frota de 61.519 veículos registrados com placas do município, totalizando um número ainda maior, quando veículos com placas de outros municípios trafegam pela cidade, por essa ser um polo do comércio regional, contribuindo para um número considerável de frota flutuante, intensificando o fluxo entre pedestres e motoristas. Conforme com os dados fornecidos pela superintendência, de janeiro a maio (2025) foram registradas 207 ocorrências de trânsito, dentre às quais, 124 com vítimas, dentre essas, 11 vítimas fatais. Nesse contexto, a educação para o trânsito surge como instrumento fundamental para promover uma cultura de paz e segurança.

A escola, como espaço de formação cidadã, tem papel relevante na construção de valores que promovam comportamentos seguros e responsáveis no trânsito. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) reconhecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, reforçando seu papel no enfrentamento de desafios sociais como a violência no trânsito.

Diante disso, esta pesquisa se propõe a avaliar a presença da temática da educação para o trânsito nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas municipais de Guanambi, e compreender como as práticas escolares dialogam com as normativas legais. A relevância do estudo também reside no fato de que a abordagem educativa do trânsito pode contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes e, consequentemente, para a diminuição dos sinistros de trânsito.

## 2. Referencial teórico

A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se em autores que discutem a educação formal, não formal e a interdisciplinaridade no currículo. Libâneo (2010) e Gadotti (2005)

destacam a função social da escola como promotora da cidadania. Brandão (1981) e Belle (1982) abordam a importância da educação não formal como complemento das ações escolares, considerando que a aprendizagem acontece em múltiplos espaços sociais. Freire (1996) propõe uma educação crítica e transformadora, na qual os sujeitos são chamados à reflexão sobre a realidade. Esse pensamento reforça a ideia de que a educação para o trânsito não deve ser apenas normativa, mas também dialógica e emancipadora, permitindo que os estudantes compreendam seu papel na coletividade.

A discussão sobre currículo se sustenta em Sacristán (2013), que compreende o currículo como uma construção social em constante disputa, e em Silva (1999), que trata das identidades e dos saberes curriculares. A ausência da temática trânsito no currículo escolar pode ser compreendida como expressão de uma escolha política e cultural que ainda marginaliza questões práticas do cotidiano. Além disso, a legislação educacional brasileira, como a LDB e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta que temas transversais como o trânsito devem ser incorporados às práticas pedagógicas de maneira articulada, promovendo a interdisciplinaridade e a contextualização dos saberes.

## 3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, de caráter exploratório. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro coordenadoras pedagógicas de escolas municipais situadas na sede e nos distritos de Mutans, Ceraíma e Morrinhos em Guanambi-BA. Os dados também foram obtidos por meio da análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dessas escolas. Os nomes das instituições e entrevistadas foram preservados por meio de pseudônimos. A análise das entrevistas seguiu os princípios da análise de conteúdo, com categorias definidas a partir dos objetivos da pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme Resoluções 466/2012 e 510/2016.

## 4. Resultados e discussão

Os dados revelaram que, apesar do reconhecimento da importância da educação para o trânsito, as escolas municipais de Guanambi não possuem ações pedagógicas estruturadas e permanentes voltadas ao tema. As entrevistas com as quatro coordenadoras pedagógicas evidenciaram que o trânsito é trabalhado de forma pontual, quase sempre restrito a eventos

como a Semana Nacional do Trânsito, sem continuidade ao longo do ano letivo. A análise documental constatou que nenhuma das escolas analisadas inclui explicitamente a educação para o trânsito em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), o que representa um distanciamento entre as orientações previstas no Art. 76 do CTB, na BNCC e na BMCG, e a realidade das práticas escolares. Essa lacuna curricular reforça o caráter eventual das ações, que ficam à mercê de iniciativas individuais de professores ou de parcerias esporádicas.

Entre as principais dificuldades apontadas pelas entrevistadas estão: Falta de formação específica dos docentes para trabalhar o tema de forma interdisciplinar, carência de materiais didáticos contextualizados à realidade local, ausência de orientação técnica e pedagógica por parte da Secretaria Municipal de Educação, inexistência de parcerias permanentes com órgãos responsáveis pelo trânsito, como DETRAN, CIRETRAN e SMTRANS, sobrecarga de conteúdos obrigatórios, dificultando a inserção de temas transversais.

Apesar dessas barreiras, as coordenadoras demonstraram disposição e interesse em ampliar a abordagem sobre trânsito, desde que haja apoio institucional e formação continuada. Algumas relataram experiências pontuais positivas, como palestras com agentes de trânsito, distribuição de material educativo e ações lúdicas para crianças, mas todas reconheceram que tais iniciativas não tiveram continuidade nem avaliação de impacto.

Os achados também indicam que a ausência de políticas públicas municipais específicas para a inserção da educação para o trânsito nas escolas contribui para a fragmentação das ações. Esse cenário está em consonância com as análises de Barbosa (2018), Almeida (2017) e Lima e Volpe (2016), que destacam a importância de um planejamento sistêmico e articulado entre escola, família, comunidade e órgãos de trânsito.

A pesquisa apresentou medidas para potencializar o trabalho, como: Inclusão obrigatória do tema no PPP e no planejamento anual das escolas, formação continuada para professores, com ênfase em metodologias interdisciplinares, produção de materiais didáticos adaptados à realidade de Guanambi, estabelecimento de parcerias formais e permanentes com DETRAN, CIRETRAN, SMTRANS e campanhas educativas contínuas, integradas ao calendário escolar.

Dessa forma, conclui-se que, sem uma política educacional integrada e permanente, a educação para o trânsito continuará sendo tratada de forma fragmentada e pouco eficaz. A

superação desses desafios exige ações conjuntas, planejadas e avaliadas, com o compromisso de toda a comunidade escolar e o apoio de instâncias governamentais. Esse cenário reforça a constatação de Barbosa (2018) de que, sem planejamento e acompanhamento sistemático, as ações educativas perdem impacto e alcance. Almeida (2017) defende a inserção do trânsito como tema transversal para efetivar mudanças culturais. Já Lima e Volpe (2016) destacam que a ausência de formação docente e de parcerias permanentes limita a eficácia das ações. Sacristán (2013) aponta que a rigidez curricular é um dos fatores que dificultam a inserção de temas transversais como o trânsito.

Nenhuma das escolas analisadas inclui a educação para o trânsito de forma explícita em seus PPP. A ausência desse tema revela uma lacuna entre as diretrizes legais e a prática escolar. As entrevistadas apontaram como principais obstáculos a falta de formação específica dos professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a ausência de orientação técnica por parte da secretaria de educação.

Ações isoladas, motivadas por iniciativas individuais de professores ou parcerias esporádicas com órgãos como a CIRETRAN, foram relatadas como experiências positivas, porém sem continuidade. As profissionais demonstraram interesse e disposição para incluir o tema de forma mais efetiva, desde que haja apoio institucional e formação continuada.

Esses resultados corroboram a necessidade de políticas públicas voltadas à implementação da educação para o trânsito como prática sistemática e interdisciplinar nas escolas, conforme propõe o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Penatrans) instituído pela Lei nº 13.614/2018, que estabelece metas e estratégias para reduzir, de forma contínua e consistente, os índices de sinistros e vítimas no trânsito em todo o território nacional.

**5. Considerações finais**

A educação para o trânsito nas escolas de Guanambi ainda é um desafio a ser superado. Embora o tema esteja previsto em lei e seja reconhecido como importante pelas equipes escolares, sua efetivação depende de ações concretas de planejamento, formação e parcerias.

Recomenda-se a inclusão da temática nos PPP as escolas, a elaboração de planos de ação pedagógica voltados ao trânsito e o estabelecimento de parcerias com órgãos

especializados. A formação continuada dos educadores também é essencial para que possam mediar o tema de forma crítica e significativa.

A inserção da educação para o trânsito na escola não deve ser vista como algo complementar, mas como parte integrante da formação cidadã dos estudantes. Promover uma cultura de respeito, empatia e responsabilidade no trânsito é também promover a vida.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, F. R. M. **Educação para o trânsito**: estudo das práticas escolares em municípios do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, SP, 2017.

BARBOSA, A. C. **Impacto das ações educativas sobre trânsito**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BELLE, Thomas J. Formal, nonformal and informal education: a holistic perspective on lifelong education. **International Review of Education,** v. 28, p. 159-175, 1982.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

GUANAMBI (BA). **Superintendência Municipal de Trânsito**. Relatório estatístico de acidentes de trânsito em Guanambi – jan./maio 2025. Guanambi: SMTRAN, 2025

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, R.; VOLPE, M. **Avaliação de materiais didáticos sobre trânsito**. 2016. Artigo – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

SACRISTÁN, José G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2004.